



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGEDAM - Secretaria-Geral de Administração
SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

Pg. 1 de 26

**CONTRATO Nº 24/2023 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
DISTRITO FEDERAL, E A FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), PARA A
REALIZAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU (MESTRADO) EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
(PROCESSO Nº 00600-00004158/2023-85).**

A **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**, com sede no Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte-Brasília-DF, criada pela Lei 3.998, de 15/12/61, instituída pelo Decreto 500, de 15/01/62, inscrita no CNPJ sob o nº 00.038.174/0001-43, neste ato representada por sua Magnífica Reitora, **Profª. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA**, residente e domiciliada em Brasília- DF, portadora da Carteira de Identidade nº 960.490 – SSP/DF e do CPF 334.590.531-00, credenciada por Decreto Presidencial de 19/11/2020, publicado no D.O.U de 20/11/2020, doravante denominada **CONTRATADA**, e o **DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL-TCDF**, instituição permanente, essencial à função de órgão fiscalizador e controlador da administração financeira e orçamentária do Distrito Federal, com sede em Brasília – DF, End. Zona Cívico- Administrativa, Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, Asa norte, Brasília-DF, CEP.: 70075-901, inscrito no CNPJ nº 00.534.560/0001-26, denominado **CONTRATANTE** neste ato representado pelo representante legal, o Secretário-Geral de Administração, na forma do seu Regimento Interno e Portaria TCDF nº 15, de 6 de janeiro de 2023, artigo 1º, inciso XV, **Sr. PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA**, credenciado, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, sujeitando-se à Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação Universidade de Brasília (UnB) para a prestação de serviço de desenvolvimento institucional, por intermédio da realização de um Projeto de Ensino intitulado “**Mestrado Profissional em**



Administração Pública (MPA)”, do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), destinado ao desenvolvimento de servidores do **Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF**, assegurando-se à CONTRATADA a possibilidade de abrir até mais 3 (três) vagas na turma para cidadãos, de forma geral, que cumpram os requisitos do edital, garantindo a universalidade do ensino.

1.1.1 Para a execução do objeto, foi elaborado o respectivo Plano de Trabalho como parte integrante deste instrumento (Anexo Único), independente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 O presente Contrato reger-se-á pelo disposto no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, Decreto Distrital nº 44.330/2023 e legislação correlata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços serão executados de forma indireta pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO E DOS PRODUTOS

4.1 O Plano de Trabalho, Anexo Único ao presente Contrato, em sua versão inicial, relacionará os projetos e ações a serem desenvolvidas em decorrência deste Contrato, os quais poderão ser objeto de instrumentos específicos celebrados entre as partes. Os trabalhos decorrentes deste Contrato poderão ter os seguintes escopos e características:

a) Desenvolvimento de até 25 (vinte e cinco) servidores do TCDF, para atuarem como agentes de melhorias na gestão de contas. A UnB poderá, ainda, abrir até mais 3 (três) vagas na turma para cidadãos, de forma geral, que cumpram os requisitos do edital, garantindo a universalidade do ensino..

b) Com a conclusão do Curso por esses servidores, espera-se que os 25 (vinte e cinco) servidores obtenham o grau de Mestre em Administração Pública, preparando-os para aperfeiçoar os trabalhos já realizados, além de apoiar no atingimento dos objetivos estratégicos do Tribunal de Contas do Distrito Federal-



TCDF.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1 Na execução dos projetos e ações decorrentes deste Contrato, as partes se comprometem a:

I – Obrigações da CONTRATADA:

- a. encaminhar, formalmente, com a necessária antecedência, as informações, documentos, os recursos e os dados que se façam indispensáveis à adequada execução do Projeto, objeto do presente Contrato, colocando-os à disposição da CONTRATANTE;
- b. realizar o processo de seleção dos candidatos e se comprometer a entregar toda documentação dos candidatos selecionados, necessária e exigida, para o processo de efetivação de matrícula junto à UnB.
- c. disponibilizar em suas dependências, caso solicitado pelo CONTRATANTE, local apropriado, com os equipamentos necessários, para a realização das aulas presenciais no decorrer do curso;
- d. aprovar o Projeto, segundo os pressupostos legais, e este Contrato perante as instâncias administrativas competentes;
- e. executar as atividades visando à implementação e o desenvolvimento do Projeto conforme detalhado no Plano de Trabalho;
- f. exercer a condução do ensino e técnica, prestando apoio científico e tecnológico, necessário ao melhor desempenho no desenvolvimento do Projeto;
- g. autorizar a participação dos servidores (**docentes e técnicos**) nas atividades deste projeto, conforme relacionados no Plano de Trabalho, nos termos da lei e das normativas próprias que disciplinem a matéria, sem que isto implique em disposição e/ou prejuízos no desenvolvimento das atividades normais e próprias dos indicados;
- h. indicar **Coordenador e Gestor**, bem como seus substitutos, encarregado das atividades de assessoramento ao planejamento do Projeto que será responsável



pelo acompanhamento, avaliação e fiscalização das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto;

- i. acompanhar e avaliar o atendimento dos resultados esperados sobre a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho;
- j. emitir diploma, devidamente registrado e homologado pelo Ministério da Educação, de conclusão aos participantes que completarem com sucesso o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública - MPA;
- k. informar ao TCDF sobre os resultados obtidos no desenvolvimento do curso, apresentando relatório de avaliação ao final do curso (ou quando solicitado).
- l. Elaborar e apresentar relatórios da execução contendo a descrição das atividades realizadas, de modo a comprovar a efetiva prestação dos serviços de acordo com o estabelecido no presente contrato, sempre que for solicitado e ao final da execução, apresentar relatório final, no prazo não superior a 90 dias após o último pagamento previsto no plano de trabalho;
- m. Cumprir as obrigações estabelecidas no Ofício nº 151/2023-SELIC/TCDF e seu Anexo;
- n. Cumprir as orientações do fiscal/executor do contrato; e
- o. Ressarcir à CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei no 14.133/2021, em razão da execução do contrato.
- p. A CONTRATADA fica obrigada a manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

II – Obrigações da CONTRATANTE:

- a. repassar a **CONTRATADA** os recursos orçamentários e financeiros previstos no cronograma de desembolso, conforme item 10 do Plano de Trabalho (Anexo Único), necessários à execução do projeto;



- b. participar na supervisão e avaliação das atividades desenvolvidas;
- c. encaminhar, formalmente, com a necessária antecedência, as informações, documentos, os recursos e os dados que se façam indispensáveis à adequada execução do Projeto, objeto do presente Contrato colocando-os à disposição da CONTRATADA.
- d. avaliar, aprovar e assinar a proposta do Plano de Trabalho (Anexo Único) apresentada pela Universidade de Brasília. A indicação ou substituição de novo Coordenador, gestor ou participante da equipe envolvida no Projeto, no decorrer da vigência do projeto, dispensa autorização da CONTRATANTE, podendo ser formalizado por ato da autoridade competente da CONTRATADA, mediante justificativa e juntada da respectiva documentação aos autos do processo relativo ao presente contrato;
- e. participar do processo de seleção dos candidatos e se comprometer a entregar toda documentação dos candidatos selecionados, necessários e exigida, para o processo de efetivação de matrícula junto à UnB.
- f. disponibilizar em suas dependências, caso necessário, local apropriado com os equipamentos necessários para a realização das aulas presenciais no decorrer do curso.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

6.1 Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, consoante ao disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, a critério das partes, por Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado, previamente e por escrito, em até 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

6.2 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto ajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MODIFICAÇÃO

7.1 O presente instrumento poderá a qualquer tempo ser modificado, exceto quanto ao seu Objeto, ou ainda acrescido, mediante Termos Aditivos, desde que tal interesse seja



manifestado, previamente e por escrito, por uma das partes, devendo em qualquer caso haver a anuência da outra parte com a alteração proposta.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

8.1 O presente Contrato poderá ser denunciado ou rescindido, de pleno direito, unilateralmente, no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, a qualquer tempo, mediante notificação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.2 Eventual denúncia ou rescisão deste Contrato não prejudicará o cumprimento do objeto dos instrumentos específicos dele decorrentes e que já tenham sua execução iniciada, os quais manterão seu curso normal até o final de seu prazo de vigência, de acordo com os planos de trabalhos, permanecendo as partes titulares dos respectivos direitos e obrigações.

CLÁUSULA NONA – DOS VALORES E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 O valor da prestação dos serviços é de **R\$ 900.000,00** (novecentos mil reais), a ser pago conforme detalhamentos previstos nos itens 7, 8 e 10 do Plano de Trabalho, segundo os seguintes desembolsos previstos:

9.1.1. O valor de **R\$250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais), a ser pago no exercício financeiro de 2023, após assinatura do contrato;

9.1.2. O valor de **R\$450.000,00** (quatrocentos e cinquenta mil reais), a ser pago no exercício financeiro de 2024 (março);

9.1.3. O valor de **R\$200.000,00** (duzentos mil reais), a ser pago no exercício financeiro de 2025 (março).

9.2 As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE, na natureza de despesa 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, classificação funcional-programática 01.128.8231.4088.0035 e fonte de recursos 100 – ordinário – não vinculado.

9.3 Todas as despesas com os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

9.4 O valor contratado é fixo e irrevogável e deverá ser aplicado integralmente pela



CONTRATADA, em conformidade com o Plano de Trabalho - Anexo Único.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização e o controle da execução dos serviços serão exercidos por comissão ou servidor da CONTRATANTE, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo o mesmo franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato.

10.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

10.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE:

10.3.1 Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

10.3.2 Sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado pelos fabricantes dos equipamentos relacionados ou, ainda, que estejam em desacordo com o contrato assinado, ou que possam atentar contra o sigilo de informações e a segurança de pessoas ou de bens do CONTRATANTE.

10.4 O serviço rejeitado por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de instrumentos aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

10.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste TCDF em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.6. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será em 3 (três) parcelas, conforme disposto na Cláusula Nona do presente Termo de Contrato e em bem cumprido e atendido as etapas previstas no Plano de Trabalho – Anexo Único.

11.2 Ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA protocolizará Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços regularmente prestados, a qual, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

11.3. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03/07/2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/2005, de 30/09/2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

11.4. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/2009 da então Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

11.5. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da CONTRATADA perante a Fazenda do Distrito Federal, a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

11.6. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste



caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

11.7. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado nesta Cláusula, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso, bem como multa moratória de valor equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso, sobre a parcela referenciada, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) do valor dessa parcela.

11.8. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.9. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA caso o(s) serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em) substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

11.10. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

12.1 A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor da contratação, a saber:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de 12% (doze por cento);

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 15% (quinze por cento);

III - dar causa à inexecução total do contrato: multa de 20% (vinte por cento);

IV - deixar de entregar a documentação exigida para a celebração do contrato: multa de 12% (doze por cento);



V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% (vinte por cento);

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% (vinte por cento);

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: 0,5% (cinco décimos por cento), por cada dia de atraso, sobre o valor do contrato, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre aquele valor;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a celebração do contrato ou a execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

IX - praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

X - comportar-se de modo inidôneo: multa de 15% (quinze por cento);

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: multa de 20% (vinte por cento);

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).

12.2. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa, a sanção de advertência.

12.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada à CONTRATADA pelas infrações administrativas previstas nos tópicos II, III, IV, V, VI e VII do item 12.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a CONTRATADA de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada à CONTRATADA pelas infrações administrativas previstas nos tópicos VIII, IX, X, XI e XII do item 12.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a referida no item 12.3, e impedirá a CONTRATADA de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



12.5. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

12.5.1. No caso de rescisão, desde que por iniciativa de ambas as partes, não haverá aplicação de multas.

12.6. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente da CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.7. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão observadas as disposições constantes nos arts. 157 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

13.1.1 Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Termo de Referência nº 11/2023.

13.1.2 o atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.1.3 o não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;

13.1.5 a decretação de falência;

13.1.6 a dissolução da sociedade;

13.1.7 a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste instrumento contratual;



13.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Instrumento contratual;

13.1.9 subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato;
e

13.1.10 uso ou emprego da mão de obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 O presente Contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do DF, às expensas do CONTRATANTE e no Diário Oficial da União, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre as partes, formalizados por meio de correspondência.

15.2 Os casos omissos deste Contrato serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO

16.1 O teor do Ofício nº 151/2023-SELIC/TCDF, seus Anexos e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao cumprimento deste Contrato.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGEDAM - Secretaria-Geral de Administração
SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

Pg. 13 de 26

17.2 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Instrumento Contratual, do qual se extraíram 2 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília – DF, em 04 de outubro de 2023.

PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
TCDF

MÁRCIA ABRAHÃO MOURA
REITORA
UNB

TESTEMUNHAS:

Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
REGENTE DA ESCOLA DE CONTAS
TCDF

Conselheiro MARCIO MICHEL
PRESIDENTE
TCDF



ANEXO ÚNICO AO TERMO DE CONTRATO – PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO PARA PROJETOS COM RECURSOS FINANCEIROS

PROJETO DE ENSINO - MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA TCDF

1- CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO

- () Ensino
- () Pesquisa
- () Extensão
- (x) Curso de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Administração Pública - Turma TCDF
- () Desenvolvimento Institucional

2- TIPO DE INSTRUMENTO PROCESSUAL

- () Acordo
- () Convênio Tripartite
- () Termo de Execução Descentralizada
- (x) Contrato
- () Outro

3-DADOS CADASTRAIS DA UNB

Órgão/Entidade Proponente:	C.N.P.J:
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UnB	00.038.174/0001-43
Endereço:	
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO – PRÉDIO DA REITORIA - ASA NORTE	

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SEGEDAM - Secretaria-Geral de Administração
SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

Pg. 15 de 26

Cidade:	UF:	CEP:	Telefone:	UG/ Cód.Gestão:
Brasília	DF	70910-900	(61) 3107-0246	154040 / 15257
Banco Banco do Brasil - 001	Agência:	Conta Corrente:	Praça de Pagamento	
	1607-1	170.500-8	Brasília	
Nome do Representante Legal:	CPF:			
Profa. Márcia Abrahão Moura	334.590.531-00			
CI/ Órgão Exp./ Emissão:	Cargo:	Função:	Matrícula UnB:	
960.490 SSP/DF Expedição 01/08/1995	Professora	Reitora	145378	
E-mail:				
unb@unb.br				
Nome do Supervisor(a) Academico(a) do Projeto:	CPF:			
Marina Figueiredo Moreira	004.820.601-66			
CI / Órgão Exp. / Emissão:	Cargo:	Função:	Matrícula UnB:	
2095992-SSP-DF	Professor		1041584	
E-mail:	Telefone:			
marinamoreira.adm@gmail.com	61-31070759			

4-DADOS CADASTRAIS DO PARTICIPE

Tipo:	2 – Nome / Razão Social:	3 - CNPJ:
(x) Público	Tribunal de Contas do	00.534.560/0001-26
() Privado	Distrito Federal -	
	TCDF	
Endereço sede (Av., Rua, Nº, Bairro):		
Praça do Buriti s/n, Palácio Costa e Silva - 2º andar - Praça do Buriti - Asa Norte		



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGEDAM - Secretaria-Geral de Administração
SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

Pg. 16 de 26

Cidade:	UF:	CEP:	(DDD) Telefone:	(DDD) FAX:
Brasília	DF	70075-901	61- 3314.2346	
Nome do Representante Legal: Paulo Cavalcanti de Oliveira e-mail: coosep.gab@tc.df.gov.br	CPF: 104.553.102-20			
CI/ Órgão Exp./ Emissão:	Cargo: Secretário-Geral de Administração			

5- DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	Período de Execução	
PROJETO DE ENSINO - MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA TCDF	Início	Término
	Data da assinatura	36 (trinta e seis) meses após assinatura
Valor total R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)		
Objetivo O presente Contrato tem por objeto a oferta do projeto de ensino intitulado Mestrado Profissional em Administração Pública (MPA). Atividades acadêmicas destinadas ao desenvolvimento e à profissionalização dos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como o desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o ensino e pesquisa, treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias, conhecimentos e, especialmente, o planejamento e desenvolvimento institucional por intermédio da realização de curso de Mestrado Profissional em Administração Pública para até 25 (vinte e cinco) servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e 3 (três vagas) destinadas a pessoas oriundas da comunidade com titulação de mestrado <i>strictu sensu</i> de acordo com os critérios e objetivos do MPA, com as regras da UnB e os objetivos sociais do ensino superior público, totalizando 28 vagas, com oferta de disciplinas em formato híbrido, remoto ou presencial, conforme		



normas vigentes da Universidade de Brasília.

Justificativa

A capacitação em Administração Pública visa à formação de profissionais qualificados e aptos para atuar em funções gerenciais de maior complexidade, desenvolvendo visão estratégica da atuação institucional a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Administração como um todo. Contribui ainda para a melhoria da qualidade da prestação de serviços públicos, com eficiência, eficácia, excelência, transparência e ética.

Partindo da necessidade de formação continuada do profissional do Tribunal de Contas do Distrito Federal, para maior eficiência na prestação do serviço público, foi estabelecida parceria entre o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Universidade de Brasília para a disponibilização/oferta de curso de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado profissional em Administração Pública no período de 2022 a 2025, visando a formação de seus servidores. Essa parceria será viabilizada por meio da celebração do presente Contrato. A parceria alinha-se aos interesses estratégicos da instituição, na medida em que atende tanto às necessidades do Tribunal, tendo em vista os objetivos institucionais de desenvolvimento dos servidores no que se refere à elaboração, implementação e avaliação de programas e políticas que resultem em serviços de maior qualidade e contribuição à sociedade, com o aprimoramento profissional do servidor público para o exercício de atividades de gestão do órgão.

A presente proposta é, sem dúvida alguma, uma oportunidade excepcional de cooperação em âmbito educacional entre uma instituição respeitada como o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Universidade de Brasília, que visa alcançar seus objetivos de fomentar a pesquisa, a produção do conhecimento e a inovação, melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos, desenvolver competências individuais em função das finalidades institucionais e de valorizar o servidor por meio de incentivos à capacitação, consoante previstos nas normas internas de capacitação e nos documentos de planejamento estratégico do órgão.

Importante ressaltar que a expertise dos Docentes (da UnB e de Órgãos parceiros que poderão vir a ser convidados) servirá como guia motor dos debates, culminando com práticas organizacionais mais bem desenhadas, planejadas e executadas à luz dos conhecimentos que forem sendo adquiridos ao longo do curso. Ressalta-se, também, o know-how histórico já consolidado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Administração (PPGA) da UnB na proposição e oferta de cursos de Mestrado desta natureza, favorecendo a transmissão dos conhecimentos científicos produzidos a questões do cotidiano laboral, com a contínua formação de gestores públicos, de acordo com os instrumentos legais regulamentados pelo Ministério da Educação e afins.

Uma pós-graduação *stricto sensu*, como é o mestrado profissional, incentiva a criação de espaços para discussão, compreensão e inovação das práticas gerenciais comprometidas da instituição para o exercício da gestão pública de maneira eficiente, ética e cidadã, na perspectiva de um processo contínuo de



modernização de suas práticas administrativas.

De outra sorte, cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração Pública são reconhecidamente importantes espaços para discussão, compreensão e inovação das práticas gerenciais comprometidas para o exercício da gestão pública de maneira eficiente, ética e cidadã, na perspectiva de um processo contínuo de modernização do Estado. Outrossim, ainda contribui para fomentar a interação entre a atividade policial e a atividade acadêmica, a fim de que o conhecimento empírico e a experiência profissional do servidor sejam instrumentalizados em forma de pesquisa científica. A realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com destaque para aqueles de caráter profissional, que objetivam conciliar teoria e prática laboral, tem por objetivo fomentar a gestão do capital intelectual da instituição, além de contribuir com a valorização do servidor do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Resultados Esperados

Espera-se com a conclusão do curso a formação de um corpo de servidores capacitados a atuar no planejamento, mensuração e revisão das políticas públicas elaboradas e administradas pelo TCDF e suas ramificações. Ademais, espera-se a consolidação de um reservatório de conhecimentos propícios à formação de um portfólio de pesquisas indispensáveis ao suporte e à elaboração de novos projetos. A interlocução com a pesquisa acadêmica, principalmente na área de gestão, é uma das ferramentas desse processo de desenvolvimento institucional. Essa vertente permite coletar e produzir conhecimento científico que possa contribuir com o desenvolvimento do TCDF. O tema a ser tratado, administração pública, é transversal e essencial para a construção de um Estado moderno que consiga superar o desafio de entregar melhores serviços com menores custos. Os servidores são, assim, desafiados a inovar, aplicando o conhecimento desenvolvido para alterar os processos de trabalho tradicionais.

6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Ação	Unidade Responsável	Prazo Limite
1	Divulgação de edital de seleção para os participantes e condução de processo seletivo para seleção dos candidatos ao curso de Mestrado Profissional.	UnB	08/2023 a 09/2023
2	Oferta de 24 créditos (totalizando 360 horas/aula) entre disciplinas obrigatórias e optativas, para os alunos do curso. A oferta será distribuída em até três períodos letivos.	UnB	09/2023 a 08/2025
3	Condução de orientações individualizadas para cada	UnB	09/2023 até 08/2025

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SEGEDAM - Secretaria-Geral de Administração
SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

Pg. 19 de 26

	docente inscrito no curso.			
4	Realização de uma banca de qualificação para cada docente inscrito no curso.	UnB	até o 14º mês a partir do início do curso	
5	Realização de uma banca de defesa final para cada docente inscrito no curso.	UnB	até o 24º mês a partir do início do curso	
6	Submissão de artigos científicos em congressos nacionais e internacionais ou revistas científicas sob a forma de produção qualificada pelo Qualis CAPES Administração.	UnB	de 09/2023 até 12/2025	
7	Relatório de Cumprimento do Objeto.	UNB/TCDF	04/2026	

Etapas	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
1	Divulgação de edital e período de inscrições	Editais	1	R\$ 33.827,16	R\$ 33.827,16	08/2023	09/2023
2	Avaliação do plano de curso (processo seletivo) e prova oral	Seleção	A definir	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	08/2023	09/2023
3	Previsão de divulgação do resultado final da seleção	Resultado final	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	09/2023	09/2023
4	Confirmação de ingresso dos candidatos aprovados	Alunos	Até 28	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	09/2023	09/2023
5	Coordenação, oferta de aulas e de orientações para os selecionados	Créditos	12	R\$ 186.172,84	R\$ 186.172,84	09/2023	12/2023



	(primeiro semestre)						
6	Coordenação, oferta de aulas e de orientações para os selecionados (segundo semestre)	Créditos	8	R\$ 240.022,23	R\$ 240.022,23	02/2024	07/2024
7	Coordenação, oferta de aulas e de orientações para os selecionados (terceiro semestre)	Créditos	4	R\$ 230.911,11	R\$ 230.911,11	09/2024	12/2024
8	Coordenação e orientações para os alunos até a defesa de dissertação	Alunos	Até 28	R\$ 179.066,66	R\$ 179.066,66	09/2023	07/2025

O curso de Mestrado em Administração Pública compreende 360 horas/aula (equivalente a 24 créditos da Universidade de Brasília). Estas horas-aula se dividem entre cinco disciplinas obrigatórias (Grupo A), que compreendem 240 horas/aula, e um conjunto de disciplinas optativas a serem escolhidas em momento oportuno. Entre as disciplinas optativas, que compreendem as demais 120 horas/aula. Há uma lista das que possuem ementas pré-definidas (Grupo B) que podem ser escolhidas livremente pelo órgão patrocinador. Há, ainda, disciplinas com ementas livres (Grupo C) que podem ser customizadas para atender a temas emergentes de interesse dos órgãos patrocinadores. Embora a carga horária mínima do curso seja de 360 horas/aula, prevê-se a oferta de até 510 créditos, de forma a permitir a escolha individualizada de optativas pelos alunos. Para o TCDF, a grade específica a ser ofertada será:

Grupo A. Disciplinas obrigatórias (240 horas/aula - 16 créditos)

- Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicadas à Administração (30h);



- Estatística Aplicada à Administração (60h);
- Administração e Estratégia em Organizações (60h);
- Administração Pública Contemporânea (60h);
- Oficina de Elaboração de Dissertação (30h).

Grupo B. Disciplinas optativas de ementa fechada - (120 horas/aula - 8 créditos)

- Administração Pública Comparada (60h);
- Competência e Aprendizagem em Organizações (60h);
- Educação Corporativa, Elaboração e Avaliação de Programas e Projetos Sociais (60h);
- Estado, Governo e Políticas Públicas (60h);
- Formulação de Políticas Públicas (60h);
- Gestão de Pessoas e Trabalho (60h);
- Gestão da Informação e do Conhecimento (60h);
- Gestão, Estratégia e Responsabilidade Social (60h);
- Inovação em Serviços (60h);
- Métodos de Análise Multivariada (60h);
- Modelos de Análise de Política Orçamentária (60h);
- Modelos de Avaliação de Programas Governamentais (60h); e
- Mudança Organizacional, Poder e Cultura nas Organizações (60h).

Grupo C. Disciplinas optativas de ementas customizáveis - (120 horas/aula - 8 créditos)

- Tópicos Especiais em Administração Contemporânea (30h) - Inovação em serviços públicos;
- Tópicos Especiais em Administração de Organizações (30h) - Teorias críticas para mudança e inovação em organizações públicas; e
- Seminários de Pesquisa em Administração (60h).

7- PLANO DE APLICAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO FINAL DE RUBRICAS, POR ELEMENTO DE DESPESA, NO PLANO DE TRABALHO		
3.3.90.36	Despesas totais com Pessoa Física (pagamentos de GECC para custeio da equipe de docentes)	R\$ 653.000,00
3.3.90.20	Auxílio Financeiro a Pesquisador (pagamentos em Bolsa de Apoio Técnico para técnicos da UnB)	R\$ 97.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Custos indiretos de que trata a Resolução do CAD n. 0045/2014*. Amparo legal: § 2º do art. 8 do Decreto nº	R\$ 150.000,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGEDAM - Secretaria-Geral de Administração
SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

Pg. 22 de 26

10.426 de 16/07/2020.

TOTAL: R\$ 900.000,00**8 -DETALHAMENTO DE DESPESAS - Pagamentos a pessoas físicas - Item 1**

GECC e Auxílio Financeiro a Pesquisador - Pesquisadores previamente selecionados -Quadro A e B (UnB e Externos)

Nome	Matrícula ou CPF	Função no projeto	Vínculo / Instituição	Valor total a receber	Forma de pagamento
Marina Figueiredo Moreira	Mat. 1041584 CPF: 004820601-66	Coordenação Técnica	Docente - UnB	310 horas a R\$ 260,00	GECC
Arnaldo Mauerberg Júnior	Mat. 1115863 CPF: 328679788-45	Coordenação Pedagógica	Docente - UnB	310 horas a R\$ 260,00	GECC
Adalmir de Oliveira Gomes	Mat. 1063464 CPF:862731596-53	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Antônio Isidro da Silva Filho	Mat. 1044869 CPF:858427881-87	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Arnaldo Mauerberg Júnior	Mat.1115863 CPF: 328678788-45	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Carlos André de Melo Alves	Mat. 1101421 CPF:716763174-49	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Diana Vaz de Lima	Mat.203092 CPF:532738941-49	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
Francisco Antônio Coelho Júnior	Mat. 1036424 CPF:034079276-06	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC
João Mendes da Rocha	Mat. 1078837	Ministrar disciplina 30	Docente - UnB	30 horas a R\$400,00	GECC



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGEDAM - Secretaria-Geral de Administração
SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

Pg. 23 de 26

Júnior	CPF:95818553 7-87	hr				
Luciano Rossoni	Mat.SIAPE 1206020 CPF 077.100.857- 09	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas R\$400,00	a	GECC
Marina Figueiredo Moreira	Mat. 1041584 CPF:00482060 1-66	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas R\$400,00	a	GECC
Tomás de Aquino Guimarães	Mat. 149.845 CPF 008.434.311- 72	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas R\$400,00	a	GECC
Suylan de almeida Midlej e Silva	Mat. 1041932 CPF:51714167 5-34	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas R\$400,00	a	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas R\$400,00	a	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas R\$400,00	a	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas R\$400,00	a	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas R\$400,00	a	GECC
A Designar	A Designar	Ministrar disciplina 30 hr	Docente - UnB	30 horas R\$400,00	a	GECC
A Designar	A Designar	Apoio Técnico à Pesquisa Desenvolvim ento e Inovação - PD&I - B	UnB	22xR\$2.000, 00= R\$44.000,00		Bolsa de Apoio Técnico à Pesquisa Desenvolvimento e Inovação -PD&I - B
A Designar	A Designar	Apoio Técnico à Pesquisa Desenvolvim ento e	UnB	22xR\$1.500, 00= R\$33.000,00		Bolsa de Apoio Técnico à Pesquisa Desenvolvimento e Inovação -PD&I - C



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGEDAM - Secretaria-Geral de Administração
SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

Pg. 24 de 26

		Inovação - PD&I - C				
A Designar	A Designar	Apoio Técnico à Pesquisa Desenvolvimento e Inovação - PD&I - B	UnB	10xR\$2.000,00= R\$20.000,00	Bolsa de Apoio Técnico à Pesquisa Desenvolvimento e Inovação -PD&I - B	

Pesquisadores a selecionar no decorrer do projeto - Quadro C

A definir - Pesquisador A	A designar no decorrer do curso (orientadores de mestrado – etapa qualificação) - Os professores que ministraram as disciplinas previstas no curso e já indicados no quadro I, serão também orientadores dos discentes, de acordo com a área da pesquisa. Ao concluir a etapa de qualificação das dissertações, cada orientador receberá 10 horas de GECC (Orientação de monografia) a R\$ 387,86. Total: R\$ 108.600,00.	GECC
A definir - Pesquisador A	A designar no decorrer do curso (orientadores de mestrado – etapa defesa final) - Os professores que ministraram as disciplinas previstas no curso e já indicados no quadro I, serão também orientadores dos discentes, de acordo com a área da pesquisa. Ao concluir a etapa de defesa final das dissertações, cada orientador receberá 16 horas de GECC (Orientação de monografia) a R\$ 400,00. Total: R\$ 179.200,00.	GECC

9 -PERCENTUAL DE PARTICIPANTES VINCULADOS À UnB

A - Quantidade de pessoas vinculadas à UnB - **20**

B - Quantidade de pessoas externas à UnB - **0**

C - Total de participantes envolvidos no projeto (A+B) = **20**

D – Percentual de participantes vinculados à UnB (A/C x 100) = **100,00%**

10 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (EM REAIS)



Concedente ou contratante

Código	Especificação	Parcela 1 (Para custeio do processo seletivo e disciplinas de primeiro semestre)	Parcela 2 (Março de 2024)	Parcela 3 (Março de 2025)
33.90.36	Despesas totais com Pessoa Física (pagamentos de GECC para custeio da equipe de docentes)	R\$ 170.000,00	R\$ 360.000,00	R\$ 123.000,00
33.90.20	Auxílio Financeiro a Pesquisador (pagamentos em Bolsa de Apoio Técnico para técnicos da UnB)	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 27.000,00
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Custos indiretos de que trata a Resolução do CAD n. 0045/2014*. Amparo legal: § 2º do art. 8 do Decreto nº 10.426 de 16/07/2020.	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGEDAM - Secretaria-Geral de Administração
SELIP – Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio

Pg. 26 de 26

Total por período	R\$ 250.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 200.000,00
--------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Este documento deverá ser assinado por:

- Coordenador(a) do Projeto UnB ou Gestor(a) do Projeto UnB; e
- Representantes Legais da UnB e do TCDF.

Brasília-DF, 04 de outubro de 2023.

PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA
Secretário-Geral de Administração
TCDF



MÁRCIA ABRAHÃO MOURA
Reitora
UNB

MARINA FIGUEIREDO MOREIRA
Supervisora Acadêmica do Projeto
UNB